

Reconciliação Nacional em Moçambique: Perspectiva Política

Hélio Vasco Nganhane¹

1.0 Introdução

Reflectir sobre a Reconciliação Nacional em Moçambique e sobre tudo na perspectiva política é uma tarefa muito complicada, na medida em que os conflitos políticos que dão génese aos conflitos armados têm várias motivações como: sociais, económicas, étnicas e regionais, olhando na perspectiva intra-moçambique, mas também podem ter alguma influência dos interesses internacionais pelo facto do nosso país ser geoestrategicamente bem situado para vários fins de desenvolvimento de alguns países internacionais.

Como se pode perceber no parágrafo anterior, qualquer uma das motivações dos conflitos armados em Moçambique pode ser levada em consideração e fazem-se muitas abordagens como influência no conflito e como poderia a partir deste motivo chegar a reconciliação.

Este pequeno texto trata de aspectos que podem promover a reconciliação nacional e consolidar a nossa democracia. É preciso entender que não se trata de uma dissertação ou trabalho académico (ensaio, artigo científico, etc.) de um especialista na área das ciências políticas ou de conflitos, por isso, se calhar o rigor científico ou objectivo em termos lógico e padrões aceite nestes ramos de conhecimento não seja das melhores, porém, o atrevimento deve-se ao facto de ser alguém que de alguma forma gosta de exercer os aspectos de cidadania, respeitando a máxima de que o ser humano é por natureza um ser político.

¹ Mestre em Riscos Geológicos, pela Universidade Complutense de Madrid (Espanha), Licenciado em Ensino de Física pela Universidade Pedagógica, Estagiário na UP – Manica

Não se tratando de nenhum trabalho de pesquisa feito, apenas uma reflexão a volta do tema em epígrafe, a metodologia que se seguiu é apenas uma revisão bibliográfica com intuito de responder uma questão de partida de forma a orientar o debate (reflexão): *Como tornar os processos democráticos, sobretudo, eleitorais, motor de reconciliação nacional e não catalisadores de conflitos armados ou de paz negativa?*

Tenta-se responder essa questão, olhando-se nos três partidos políticos com maior representatividade no país, a Frelimo, Renamo e MDM. Estes Partidos, possuem uma organização que parte da base envolvendo várias camadas sociais desde as suas comunidades; este facto é preponderante para promover a construção de uma nova cultura de paz, tendo na minha opinião os partidos políticos um papel activo na reconciliação entre comunidades, na defesa e promoção dos direitos humanos, no combate à pobreza e a capacitação nas esferas: económica, social, cultural e política.

2.0. Contextualização - Reflexão

Nesta reflexão usam-se as palavras, “paz”, “paz positiva”, “paz negativa” e reconciliação, como é do domínio, estas palavras apresentam variedades de definições e interpretações, sendo que, para este caso, dá-se o jus as apresentações abaixo:

Paz é o quadro em que o conflito se manifesta de uma forma não violenta e criativa. Johan Galtung apund (UNDESA, 2001:p5)

Nesta definição de Galtung, é evidente que nem sempre que se emprega o termo paz refere-se a cessação de conflitos, porém a parte mais vistosa que é a guerra. Quando há limitações de liberdades fundamentais e graves violações dos direitos humanos não estamos em condições de falarmos de uma paz efectiva.

O documento das Nações Unidas sobre Gestão de Conflitos, distingue “paz negativa” e “paz positiva”. Paz negativa refere-se à ausência de violência. Quando, por exemplo, se decreta um cessar-fogo, o resultado é uma paz negativa. É negativa porque algo indesejável deixou de acontecer (p. ex. a violência cessou, a opressão teve fim). A paz positiva é plena de conteúdos positivos tais como a restauração das

relações, a criação de sistemas sociais que servem os interesses de toda a população e a resolução construtiva de conflitos.

Em suma pode-se dizer que existe paz quando as comunidades, os políticos e todos actores sociais podem interagir sem violência, gerir os seus conflitos de uma forma positiva, respeitando as ideias dos outros, suas crenças e para o caso de Moçambique respeitando também as suas origens éticas e regionais.

No entanto, é preciso encarar a paz como mais do que a mera ausência de guerra, tornando a desmilitarização do país em ponto de agenda de todos. Marine, 2010, afirma que:

Restaurar a paz em países afectados por conflitos internos exige mais do que a mera cessação dos conflitos, exige que sejam desenvolvidos esforços no sentido de desmobilizar, desarmar e desmilitarizar sociedades que durante anos estiveram envolvidas em conflitos armados prolongados, eliminando assim o risco do conflito ser retomado ou da guerra civil ser sucedida pela violência social que impossibilitaria, por exemplo, a reintegração de refugiados/as, provocando novas deslocações da população, revitalizando novamente as mulheres. Além disso, a desmilitarização desses países permitiria que os enormes orçamentos destinados á compra de armas e manutenção de bases militares e exércitos fosse destinado para programas de combate á pobreza, acesso á educação ou saúde.

Para que uma paz activa se torne realidade é necessário lutar pelo reconhecimento integral dos direitos de todos e, sobretudo das mulheres, que é a classe que mas sofre nos conflitos, pela participação equitativa e paritária nos processos de construção de paz, pela erradicação da pobreza, da violência e da exclusão, pela promoção da solidariedade, pela existência de um sistema de justiça independente, e por uma educação para a paz.

Quanto ao conceito de “*reconciliação*” entende-se como sendo acções de aproximação depois ou durante um conflito negativo em que as partes apresentam relações deterioradas.

O Manual da ONU, o qual fez-se referência acima diz que, a reconciliação é importante em situações de forte interdependência, quando não é possível manter uma barreira física ou emocional total entre as partes em conflito. Portanto, a reconciliação tem a ver com a restauração das relações a um nível em que se tornem novamente possíveis a cooperação e a confiança. Lederach (1995) afirma que, a reconciliação envolve três paradoxos específicos:

- A reconciliação promove um encontro entre a expressão franca do passado doloroso e a procura de articulação com um futuro interdependente e duradouro;
- A reconciliação propicia um espaço onde a verdade e o perdão se encontram, a preocupação de revelar o que aconteceu e deixá-lo para trás é validada e assumida em benefício de uma relação renovada;
- A reconciliação reconhece a necessidade de dar tempo e lugar à justiça e à paz, de modo que a reparação dos erros seja associada à visão de um futuro comum e interligado.

2.1. Ideias para minimizar os Conflitos no processo Eleitorais

Em Moçambique como em outros países Africanos em que a experiência mostra que as eleições têm sido em si motivos geradores de Guerra ou conflitos negativos, pode-se apontar as seguintes causas que levam a crises pós eleitorais:

- (1) Questão ligada ao registo eleitoral pelo facto de este processo ter vicissitudes administrativas que deixam muitos potenciais eleitorais sem se registar e a falta de transparência e independência dos órgãos de supervisão que, por vezes, aparecem casos de cadernos duplicados, etc.

- (2) Facto de haver oportunidades desiguais dos partidos políticos no processo da campanha eleitoral havendo sinais de uso indevido de património público;
- (3) Questão de haver comissões eleitorais muito politizadas e isso propicia falta de independência e imparcialidade destes órgãos;
- (4) O papel das Forças de segurança e o seu profissionalismo durante o processo de votação, contagem, etc;
- (5) Membros de Partidos violentos, que não depositam nenhuma confiança as instituições criadas para gestão dos processos eleitorais.

Existem tantos outros motivos que podem estar por trás dos conflitos pós-eleições, porém estes 5 são os que tem levado os partidos políticos a não aceitarem os resultados e daí surgem conflitos que muitas vezes terminam em violações graves de direitos humanos. Como forma de minimizar-se estes dilemas, apresentam-se abaixo algumas ideias para minimizar os conflitos eleitorais:

- i) É preciso desarmar as mentes dos apoiantes dos partidos políticos pois muitas vezes estes não são instrumentalizados mas sim encaram seu adversário político como inimigo pessoal;
- ii) Os partidos políticos que têm acesso aos meios públicos (neste momento o MDM e Frelimo) devem evitar no máximo, o uso abusivo de recursos públicos para efeitos de campanha eleitoral pois gera ódio ainda no processo de caça ao voto que podem levar a clivagens e não-aceitação dos resultados;
- iii) As eleições devem ser organizadas tendo em conta a construção de uma democracia que visa a afirmação da nação moçambicana e da consciência nacional e não mero processo de luta para chegar ao poder e ganhar troféus, como se de desporto tratasse.
- iv) As eleições devem ter como base o amor e a solidariedade entre os cidadãos. Elas devem servir para satisfazer os problemas concretos do cidadão e não apenas os interesses partidários.

- v) As campanhas eleitorais não devem servir para incentivar conflitos e violência entre oponentes.

2.2. Papel dos principais Partidos Políticos (Frelimo, Renamo e MDM) no processo da Reconciliação.

Se analisar-se de uma forma mecânica, assumindo que os três partidos com assento na assembleia da república e em quase todas as assembleias provinciais movimentam a maioria dos eleitores moçambicanos então pode-se aferir que muitos dos focos de violência são gerados nestes partido por isso a reconciliação deve começar destes mesmos.

O outro factor a ter em conta é que o sistema partidário é um dos componentes, junto com o sistema eleitoral e a organização jurídica dos poderes do sistema político. É nesse sistema, onde o voto constitui a forma de escolher e legitimar a representação política e os partidos são um canal que a viabilizam; é preciso que estes assumam que têm um papel importante no processo de reconciliação.

Seria necessário que os três partidos fossem mais proactivos e tomassem em consideração os seguintes aspectos de forma a promover a reconciliação nacional:

- Evitar instrumentalizar os seus eleitorais como verdadeiros inimigos políticos em que deixam de discutir ideias e passam a discutir as pessoas;
- Devem entender que a soberania é um direito natural dos cidadãos, aos quais o mesmo pertence, e não aos partidos políticos, sendo que, o facto de um cidadão pertencer a algum partido perde ou ganha outros direitos;
- Há que inculcar nas lideranças partidárias que os partidos políticos devem servir a população e não constituir um meio de restrição das liberdades socioculturais dos cidadãos;
- Mostrar aos seus eleitorados que não querem o poder para ganhar dividendos económicos, mas, sim, para servir o povo e desenvolver o país;

- Há necessidade de construção de democracias internas nos partidos pois só assim os membros destes terão a consciência e a valorização dos processos democráticos.

2.3. Papel das Organizações da Sociedade Civil na Reconciliação Nacional

Embora estejamos num processo novo de construção da nação moçambicana, se comparado com outros países é necessário reconhecer que existem bons exemplos de algumas organizações nacionais da sociedade civil actuates em prol da defesa dos interesses dos cidadãos, mas também, existe outras que deixam muito a desejar, que por vezes, actuam como agentes políticos. Por isso, destaca-se nesta reflexão alguns aspectos que devem ser o papel das organizações da sociedade civil para processo de reconciliação nacional:

- (1) As organizações da Sociedade Civil devem entender que os partidos políticos não devem ser o único meio de participação dos cidadãos no processo de governação e elas são interlocutoras deste grupo social que não se revê a nenhum partido político;
- (2) Elas podem, tanto, consolidar a paz e representar uma oportunidade de promover a democracia como podem constituir um momento e um pré-texto para reacender ou criar novos conflitos (Brasão Mazula);
- (3) Devem lidar de forma igual com todos os partidos políticos, estarem sempre ao interesse do cidadão para fazer advocacia sem que isto se transfigure em estar contra as iniciativas governamentais ou estar contra tudo que é promovido pelo partido no poder;
- (4) A sociedade cível deve-se tornar protagonista na educação cívica do cidadão para saber valorizar o seu voto e saber que, é através do mesmo que pode resolver os seus problemas sem submeter-se a chantagens ou populismo político.

3.0 Considerações Finais

Há que agradecer –se ao Centro de Estudos e Transformação de Conflitos (Justa Paz) e Joint , pela organização do evento aqui em Manica, em que se discute o um tema muito actual e fundamental para todos os países em desenvolvimento e os que estão num processo de pacificação e com espectro de guerra como Moçambique. Também ao meu companheiro dr, Soares Ferro em me dar esta oportunidade soberana de aprender com o tema.

4.0 Referencias Bibliográficas

1. Baptista, Paulo Luís Antunes (2006), *Afeganistão – Uma análise geopolítica: reflexões sobre questões da Paz e da Guerra*, Revista Militar, disponível em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=71>
2. Brock-Utne, Birgit (2000) *An analysis of Peace and Development Studies as well as peace education from feminist perspective, presented at a joint session between the Peace Education Commission and the Women and Peace Commission*, at the 18th General IPRA Conference, Tampere, Finland, 5-9 August 2000
3. ARAÚJO, Clara (2001) *As Cotas por Sexo para a Competição Legislativa: O Caso Brasileiro em Comparação com Experiências Internacionais*. *Dados*, 44 (1): 155-195
4. Mitchell, Christopher 1993. "The process and stages of mediation: two Sudanese cases", in David Smock (ed.). *Making war and waging peace: foreign intervention in Africa*. Washington DC: USIP.
5. Montville, Joseph V. 1991. *Conflict and peacemaking in multiethnic societies*. San Francisco: Jossey-Bass.
6. Perdigão, Rita (2010) *O papel das mulheres no processo de manutenção de paz no teatro de operações do Afeganistão*. Relatório apresentado no 12º curso de pós-graduação em direitos humanos *ius gentium conimbrigae*/centro de direitos humanos faculdade de direito da universidade de Coimbra
7. RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA SOBRE A PREVENÇÃO E GESTÃO DE CONFLITOS ELEITORAIS NA REGIÃO DA SADC, Luanda 26 a 27 de Novembro de 2003